

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

PEDRO RAFAEL DOS SANTOS

**UM DIÁLOGO SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NA ERA VARGAS:
FURTADO E FONSECA**

Varginha/MG

2021

PEDRO RAFAEL DOS SANTOS

BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E ECONOMIA

Trabalho de Conclusão de Piepex
apresentado como parte dos requisitos
para obtenção do título de Bacharel
Interdisciplinar em Ciência e Economia
pela Universidade Federal de Alfenas.

Orientador: Thiago Gambi

Varginha/MG

2021

PEDRO RAFAEL DOS SANTOS

BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E ECONOMIA

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovada em:

Prof. Thiago Fontelas Rosado Gambi
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Prof. Michel Deliberali Marson
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Prof. Roberto Pereira Silva
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

UM DEBATE SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NA ERA VARGAS

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o debate entre os autores Celso Furtado e Pedro Cezar Dutra Fonseca sobre as questões que levaram à industrialização no Brasil do início dos anos de 1930 até o fim do Estado Novo em 1945, período no qual Getúlio Vargas governou o país. A análise partiu do livro Formação Econômica do Brasil, em que Celso Furtado apresenta a tese de que o processo de industrialização se deu graças ao efeito involuntário de políticas feitas para proteger o café, até então principal mercadoria produzida e vendida pelo Brasil. A seguir, será apresentada a tese de Pedro Dutra Fonseca, segundo a qual o processo de industrialização a partir dos anos de 1930 foi algo planejado e as políticas adotadas no período não tinham como objetivo apenas priorizar o café, mas sim o desenvolvimento industrial brasileiro.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. ECONOMIA BRASILEIRA DÉCADA DE 1930	7
3. A INDUSTRIALIZAÇÃO POR CELSO FURTADO	12
4. A INDUSTRIALIZAÇÃO POR PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA.....	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
6. REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	26

1. INTRODUÇÃO

A crise de 1929 sobre a economia mundial mudou o modo com que países e grandes corporações conduziam suas operações, principalmente no que diz respeito a produção. No Brasil não foi diferente, a grande depressão resultou em profundas mudanças na economia e política nacional. No presente trabalho serão apresentadas algumas dessas mudanças, que resultaram em um grande crescimento do setor industrial na década de 1930, a partir da análise dos autores Celso Furtado e Pedro Cezar Dutra Fonseca que sustentam diferentes posições sobre o assunto.

Na primeira seção será apresentada uma contextualização da economia brasileira na década de 1930 e seus principais acontecimentos, tanto na adoção de políticas, como na criação de institutos e órgãos do governo.

Na segunda seção iremos analisar a tese de Celso Furtado, que defende que a industrialização no período Vargas se deu como um subproduto de políticas de defesa ao setor cafeeiro frente a grande depressão e como resultado houve um crescimento considerável no setor industrial.

Por fim, na terceira seção será apresentada a tese de Pedro Cezar Dutra Fonseca, que contesta Celso Furtado, argumentando que o setor industrial teve um grande crescimento nesse período de forma consciente, tanto nas políticas realizadas pelo governo, quanto na criação de institutos, órgãos públicos, leis e diversas outras medidas que tornaram viável o desenvolvimento da indústria no Brasil.

2. ECONOMIA BRASILEIRA DÉCADA DE 1930

Para entendermos a economia brasileira no período estudado, precisamos voltar para alguns acontecimentos na década de 1920. Em 1926, o Brasil volta a adotar o padrão ouro, sendo criada uma “Caixa de Estabilização” que emitia notas integralmente lastreadas em dividas ou ouro. A valorização do café era operada por instituições estaduais paulistas, tais como o Instituto de Defesa do Café e o Banco do Estado de São Paulo. Em meados de 1928, o Brasil começou a sofrer significativo choque externo que resultou em uma dificuldade para sustentar os preços do café somada à queda do nível de atividade na economia mundial o que acabou levando uma queda do preço, a especulação movimentou o mercado com estimativas do que pode acontecer futuramente com o valor dos ativos negociados, no caso houve uma diminuição na especulação desta cultura em 1929.

A severidade do impacto da “grande depressão” sobre a economia mundial resultou em importante diminuição da importância relativa dos fluxos comerciais e financeiros externos, especialmente em países, como o Brasil, que se recuperaram rapidamente dos efeitos mais graves da depressão sobre a atividade econômica. Não há dúvida que tais países se “voltaram para dentro”, com o crescimento dependendo crucialmente da capacidade de acomodar o deslocamento de demanda associado à brusca mudança de preços relativos encarecendo importações. (ABREU, 2014, p.79).

A balança de pagamentos brasileira foi fortemente afetada pela grande crise principalmente por meio da brutal queda dos preços de exportação, que não era compensada pelo aumento do que era exportado e pela interrupção do fluxo de capitais estrangeiros. Segundo Abreu (2014, p.80), “em 1930-1931, adotou-se uma política cambial aparentemente liberal, mas na prática restritiva, decretando-se moratórias sucessivas em relação às dívidas em moeda estrangeira”.

Em novembro de 1931, Oswaldo Aranha assumiu o Ministério da Fazenda e como consequência a política econômica se desenvolveu de forma positiva ao reconhecer que não havia solução para os problemas via endividamento externo. Sendo formalizado um regime de taxa cambial única, sobrevalorizada, combinada com controle de importações operada pelo Banco do Brasil. A venda do câmbio de exportação ao Banco do Brasil era obrigatória e a distribuição de câmbio seguia critérios de prioridade que privilegiavam compras oficiais e pagamento do serviço de dívida pública, importações essenciais, outras remessas, incluindo lucros e dividendos, importações em consignação e atrasos comerciais.

A racionalização para que se evitasse desvalorização ainda maior do que a ocorrida – de 55% (taxa mil-réis/libra) entre 1929 e 1931 – envolvia temores fiscais, em vista do impacto da desvalorização sobre os gastos do governo indexados ao câmbio. E, também, a percepção de que maior desvalorização envolveria incentivo adicional a desova de estoques de café e agravamento da queda dos preços mundiais de café, dada a posição dominante do Brasil no mercado. (ABREU, 2010, p.5).

No que diz respeito ao café, no final de 1931, houve uma transferência de responsabilidade das instituições paulistas para um órgão federal, que após algumas mudanças de nome, consolidou-se como Departamento Nacional do Café. Após uma análise do excesso de produção e a demanda mundial e a produção brasileira desta cultura, o governo passou a comprar diversas safras, destinando 30% para estocagem, 30% para exportações e 40% para a chamada “quota de sacrifício” que era o café que foi destruído.

Em 1933, o governo federal, algo tardiamente, e certamente com o intuito de apaziguar São Paulo após a derrota da Revolução Constitucionalista, procedeu ao resgate parcial das dívidas dos cafeicultores endividados, por meio do programa de Reajustamento Econômico, que possibilitou a redução de 50% das dívidas de cafeicultores e compensou os bancos com a entrega de títulos públicos. A posse de Roosevelt na presidência dos EUA, em março de 1933, e as medidas econômicas que adotou, principalmente a quebra da paridade dólar-ouro e a instituição do seguro de depósitos bancários, e, em menor medida, a política fiscal, permitiram a recuperação da economia mundial e a flexibilização das políticas intervencionistas adotadas pelo Brasil no auge da crise. (ABREU, 2010, p.6).

No ano de 1933 o então ministro Aranha propôs uma classificação da dívida externa federal, estadual e municipal, em oito categorias com base na qualidade de suas garantias. Os que melhor se classificavam nesse sistema recebiam serviço integral, os que se classificavam em seguida recebiam parte da amortização e dos juros contratuais, e os piores classificados recebiam nada de amortização e pouco de juros.

Gradualmente a política cambial nacional abandonou o controle cambial estrito e passou a tratar de forma diferenciada as exportações de produtos tradicionais e não tradicionais, sendo adotado em 1935 um sistema que operava com base em duas taxas, oficial e livre, sendo a livre mais desvalorizada em relação a oficial. Os exportadores de materiais não tradicionais vendiam seus produtos a taxas médias que correspondiam a uma ponderação menor da taxa oficial, portanto, eles eram mais bem remunerados do que os exportadores de produtos tradicionais, como o café.

No caso externo os exportadores podiam, com o aval do Banco do Brasil, ter suas receitas cambiais convertidas integralmente à taxa livre. Ao realizar essa operação a ideia era extrair cambio barato para o pagamento das contas do governo, evitando pressões no mercado do café oriundas da desvalorização cambial e ao mesmo tempo estimular as exportações não tradicionais.

Nos anos de 1930 foi acumulado diversos atrasos comerciais, ou seja, o valor das importações autorizadas pelo licenciamento do Banco do Brasil ultrapassou a disponibilidade de divisas geradas pelas exportações e demais fontes menos importantes, com isso a liquidação de pagamentos era inviável, dado a falta de cambiais à disposição do Banco do Brasil. Isso correspondia a uma importante forma de financiamento do déficit da balança de pagamentos.

Em 1934 as pressões de empresários norte-americanos para que o Departamento de Estado cumprisse a obtenção de um regime de câmbio preferencial ao Brasil, foi então percebido que a solução do problema cambial não dependia das autoridades brasileiras, mas sim da recuperação do nível de comercio internacional e de reduções de obstáculos ao livre comercio. Deste modo a operação de controle cambial tinha como justificativa a necessidade de obtenção tanto de importações essenciais, quanto de divisas a preços razoáveis para atender os compromissos cambiais do governo.

Já em 1935, com a gravidade da crise cambial proveniente da liberdade na concessão de licenças para remeter lucros, foi proposta pelo presidente do Banco do Brasil a suspensão do pagamento do serviço da dívida externa. Para apaziguar preocupações estrangeiras o ministro da Fazenda Sousa Costa se comprometeu com a liberalização do mercado cambial e a manutenção do serviço da dívida, assim o novo regime cambial obrigava os bancos a repassar 35% das cambiais de exportação à taxa oficial ao Banco do Brasil, sendo essas divisas usadas para pagamento do compromisso do governo. Os 65% restantes das cambiais de exportação eram negociadas no mercado onde seriam adquiridas as cambiais necessárias ao pagamento de compromissos no exterior.

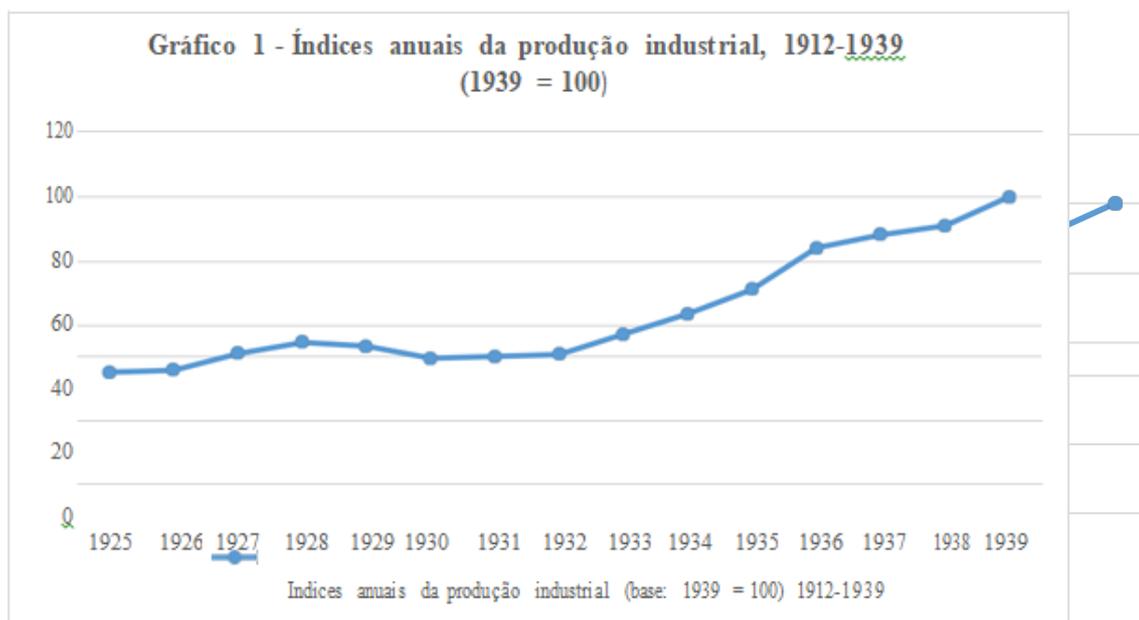
Em 1937 por deterioração do saldo da balança comercial resultado do expressivo crescimento das importações, sendo mais de 42% em relação a 1936, enquanto as exportações cresciam 8%, a crise nos EUA gerou uma queda de 15% do valor das exportações o que interrompeu a recuperação que vinha ocorrendo desde 1932, em

especial em 1936 quando a economia cresceu mais de 12%. Em 1939 o PIB caiu para a casa dos 4% e a partir de 1939 começou um período difícil até 1942, com a economia crescendo 0,9% ao ano.

No geral, pode-se dizer que o impacto da grande depressão no Brasil ocasionou uma significativa alteração na composição do produto, com um expressivo aumento da indústria na composição do produto e redução correspondente da agricultura. É estimado que a participação da indústria em 1928 correspondia a 16% e em 1947 foi para 25,2%, por sua vez a agricultura que em 1928 tinha uma participação de 30% reduziu para 20,7% em 1947.

É importante lembrar que a política cambial adotada nesse período teve uma importante participação no que diz respeito ao fortalecimento do setor industrial, possibilitando um aumento no investimento e na importação de matéria-prima e equipamentos. Deste modo o país passou a fabricar suas próprias mercadorias e expandiu a indústria.

Deste modo, podemos considerar que a economia Brasileira na década de 1930 passou por diversos problemas e crises, em especial na balança de pagamentos e no câmbio brasileiro. Também podemos considerar que a partir da grande depressão velhas políticas que beneficiavam somente alguns setores tiveram uma queda que abriu espaço para estimular novos setores econômicos, como a da indústria, que, na década de 1930, passou por uma renovação e cresceu de forma expressiva neste período, como demonstrado no gráfico abaixo.



Fonte: Séries Históricas e Estatísticas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Como apresentado no gráfico a produção industrial apresentou forte crescimento na década de 1930, os motivos que ocasionaram esse crescimento geraram um debate na literatura, entretanto, os autores que estudam esse período têm em comum que a grande crise de 1929 foi um dos fatores determinantes para o desenvolvimento industrial, seja de formar consciente ou inconsciente. Na próxima seção será apresentada a tese de Celso Furtado que defende que o desenvolvimento industrial se deu como subproduto da defesa do setor cafeeiro.

3. A INDUSTRIALIZAÇÃO POR CELSO FURTADO

Em sua narrativa Celso Furtado defende que o crescimento industrial no período Vargas foi um subproduto de políticas que visavam proteger o mercado do café frente a crise de 1929. Nessa seção iremos analisar os argumentos apresentados por Furtado que atestam sua interpretação.

Furtado começa seu texto expondo os pontos que antecederam a industrialização no período Vargas, com a crise da economia do café. Segundo o autor, no final do século XIX, o Brasil encontrou condições que contribuíram para o avanço dessa cultura no território nacional, dentre esses fatores, vale destacar desde condições climáticas favoráveis a enfermidades em países produtores dessa cultura, o que fez com que empresários do setor investissem nesse artigo, assim ocorrendo diversos investimentos em contratação de mão-de-obra, construção de ferrovias e portos para o escoamento do produto.

As condições excepcionais que oferecia o Brasil para essa cultura valeram aos empresários brasileiros a oportunidade de controlar três quartas partes da oferta mundial desse produto. Essa circunstância é que possibilitou a manipulação da oferta mundial de café, a qual iria emprestar um comportamento todo especial à evolução de preços desse artigo (FURTADO, 2007, p.252).

Com a crise de 1893 os preços do café no mercado mundial começaram a declinar, em 1897 uma nova depressão no mercado mundial arrastou os preços do café ainda mais para baixo. Os efeitos dessas crises causaram uma situação de pressão sobre os consumidores urbanos pois, com a desvalorização da moeda, o poder de consumo diminuía, o que fez com que o governo adotasse políticas a fim de recuperar as taxas de câmbio. Nas palavras de Furtado (2007, p.253): “Exatamente nessa etapa em que se fazia impraticável apelar para o mecanismo cambial, a fim de defender a rentabilidade do setor cafeeiro, configura-se o problema da superprodução”.

Para tentar chegar a uma solução para o problema de superprodução, os dirigentes dos estados cafeeiros adotaram a política de “valorização”. Assim, o governo compraria os excedentes da produção, criando estoques, para que a oferta e a produção entrassem em equilíbrio. O financiamento dessas compras seria com empréstimos estrangeiros, que seriam pagos por meio de um novo imposto sobre cada saca de café vendida e, por fim, para solucionar o problema no longo prazo, a expansão dessa cultura começou a ser desencorajada.

A proclamação da República foi extremamente favorável para os empresários cafeeiros, que, com pressões sobre governo federal, conseguiram implementar leis ao seu favor, tendo assim uma classe cada vez mais forte no que diz respeito ao envolvimento com a política na época. Os estados tidos como cafeeiros ocuparam cada vez mais espaço no governo, liderados por São Paulo, e chegaram ao poder, o que possibilitou a criação de diversas políticas e leis que favoreciam os produtores desse artigo por um quarto do século XX. O êxito financeiro consolidou o poder e o jeito de se governar até 1930.

O complicado mecanismo de defesa da economia cafeeira funcionou com relativa eficiência até fins do terceiro decênio do século XX. A crise mundial de 1929 o encontrou, entretanto, em situação extremamente vulnerável. A produção de café, em razão dos estímulos artificiais recebidos, cresceu fortemente na segunda metade do decênio. Entre 1925 e 1929 tal crescimento foi quase cem por cento, o que revela a enorme quantidade de arbustos plantados no período imediatamente anterior. Enquanto aumenta dessa forma a produção, mantem-se praticamente estabilizadas as exportações. Em 1927-29 as exportações apenas conseguiam absorver as duas terças partes da quantidade produzida. (FURTADO, 2007, P.256).

Os países que se industrializaram no começo do século XX, principalmente os EUA, viam um crescente poder de compra do consumidor, o que possibilitou que as pessoas consumissem mais e gerassem um crescimento econômico considerável a essas nações e, como consequência, as exportações de café acompanharam esse crescente, tanto com a venda para o exterior, como com a obtenção de crédito para a criação de estoques, mas em 1929, com a quebra da bolsa de Nova York, o mundo entraria em uma depressão econômica e o café não seria mais uma mercadoria com grande demanda. Os países não tinham mais capital para financiar a retenção de estoques e problemas começaram a surgir para o Brasil.

Era totalmente impossível obter crédito no exterior para financiar a retenção de novos estoques, pois o mercado internacional de capitais se encontrava em profunda depressão, e o crédito do governo desaparecera com a evaporação das reservas. (FURTADO, 2007, p.263).

Muitas dúvidas começaram a surgir com a crise, não se sabia se era melhor colher o café ou simplesmente deixá-lo apodrecer. A moeda sofreu depreciação com a baixa busca do preço internacional do café e continuar a colher esse artigo geraria uma nova depreciação da moeda, o que agravaria ainda mais a crise.

Os grandes estoques geravam pressão sobre os mercados, ocasionando assim, novas baixas nos preços, deste modo o abandono das plantações era a opção mais adequada para o momento, entretanto, mesmo com o preço em baixa, o produtor ainda faria a colheita, seria necessária uma baixa maior ainda para desistirem, pois, a baixa no preço era praticamente anulada com a depreciação da moeda. E não colher as safras, significaria que a mão-de-obra usada para esse fim não receberia seu pagamento, conseqüentemente, as pessoas ficariam sem poder de compra, o que causaria uma recessão maior ainda, foi então decidido que a colheita seria realizada, mas continuar a colher mais café do que se podia vender não era lógico.

O governo não poderia simplesmente usar parte dos ganhos com a exportação dessa cultura e nem criar uma linha de crédito para substituir os empréstimos que vinham do exterior para a criação de novos estoques. E a forma encontrada para gerar um novo equilíbrio para entre a oferta e a procura pelo café em níveis mais elevados, seria simplesmente, comprar o excedente da produção e o destruir, assim não gerando novos estoques.

Segundo Furtado o café se manteria em baixa até 1933 e depois teria um aumento em sua procura até 1937, mas o que realmente diferenciou a crise vivida no Brasil para os outros países, é que a baixa nos preços gerou um grande nível de desemprego, diferente do que ocorria no Brasil, onde se manteve o mesmo nível de emprego, apesar de ter destruído parte da produção.

A política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa fortalecimento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer realizado em qualquer país industrializado. (FURTADO, 2007, p.271).

O Brasil foi o primeiro país a se recuperar e já ter um crescimento econômico em 1933, não tendo inversões líquidas negativas em nenhum ano da crise, diferente dos EUA, que só tiveram um leve crescimento a partir de 1934.

Para Furtado, as políticas que foram adotadas para proteger o setor cafeeiro acabaram inconscientemente protegendo os empregos, e mantiveram a balança comercial brasileira positiva. A compra desse artigo pelo governo representou a criação de renda que se adicionou à renda criada pelos gastos dos consumidores e dos

investidores, sendo este o principal argumento analisado no presente trabalho para defender a narrativa de Celso Furtado.

Mesmo que a defesa do café tenha gerado inconscientemente resultados positivos para outros setores, a moeda teve uma forte baixa em seu poder aquisitivo, que resultou em uma elevação dos preços dos artigos importados. As mercadorias importadas tiveram que sofrer um aumento e por mais que a moeda estivesse desvalorizada fora do país, se isso não ocorresse e a depreciação da moeda interna continuasse em alta, internamente os preços se mantiveram de certo modo, o que fez com que o mercado interno se tornasse importante para a formação de capital.

Com a baixa nas importações, Furtado mostra como o mercado interno foi favorecido com isso, com alguns setores conseguindo se manter ou até mesmo crescer nos anos que se seguiram após a crise de 1929. É tido como verdade que os setores ligados ao mercado interno na área industrial não conseguiam crescer sem importar máquinas novas vindas de outros países, entretanto, as indústrias conseguiam comprar maquinário de segunda mão vindos de empresas que haviam falido devido à crise, deste modo, alguns setores como o têxtil, tiveram um crescimento na produção.

Tendo como base o novo nível de preços gerado pela crise, novas indústrias se desenvolveram destinadas a substituir as importações; esse nível de preços foi usado como base para se saber em quais setores era fundamental o investimento para continuar a se desenvolver o setor industrial.

A economia brasileira, além de encontrar estímulo nela mesma para enfrentar os efeitos da grande depressão e continuar crescendo, também conseguiu desenvolver e fabricar parte dos materiais que seriam necessários para um aumento de sua capacidade.

A produção primária voltada ao mercado interno havia crescido cerca de 40% entre 1929 e 1937, já a produção industrial cresceu cerca de 50% no mesmo período. O Brasil não demorou a se recuperar da grande depressão, mesmo com as exportações agrícolas tendo sofrido uma baixa, países semelhantes ao Brasil que seguiram uma política mais ortodoxa para enfrentar a crise, em 1937, ainda viam suas economias em estado de depressão.

Para os produtores de café, tanto fazia se a criação de estoques de café fosse financiada por empréstimos estrangeiros ou pelo governo, mesmo em crise eles continuaram a expandir seus negócios e a produção continuou a crescer, mas de modo que nos anos 1930 o café não fosse mais o único setor que realmente chamasse a atenção dos governantes.

O encarecimento brusco das importações (consequência da depreciação cambial), à existência de capacidade ociosa em algumas das indústrias que trabalhavam para o mercado interno e ao fato de que já existia no país um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, explica a rápida ascensão da produção industrial, que passa a ser o fator dinâmico principal para a criação de renda. (FURTADO, 2007, p.283).

Entre os anos de 1934 e 1937 houve uma pequena valorização da moeda nacional, o que trouxe transtornos para alguns setores industriais ligados ao mercado interno, mas logo após a moeda tornou a depreciar, o que reestabeleceu o funcionamento que estava mantendo a balança de pagamentos positiva.

O preço do café era fixado por meios de acordo, então, uma apreciação da moeda significaria futuros prejuízos aos produtores, mas, por outro lado, a valorização da moeda nacional significaria um barateamento na compra de mercadorias importadas. O agente interno, por sua vez, tinha como preocupação de que as importações em alta tivessem um nível de preços muito mais baixos que os produtos nacionais.

O mercado mundial nesse período estava se transformando em um mercado onde se tinha mais oferta de produtos do que demanda de compradores. O Brasil, por sua vez, fixava o valor externo de sua moeda a um nível de preços que refletia a década anterior, havendo a necessidade de baixar o valor da moeda externamente para que a balança de pagamentos se mantivesse em equilíbrio.

Durante a Segunda Grande Guerra, entre 1939 e 1945, foram feitas, em síntese, as mesmas políticas adotadas nos anos de crise; logicamente, agora as consequências seriam totalmente diferentes, pois a situação era distinta se comparada com a depressão de 1929. Grande parte dos compradores do café o adquiria por meio de pagamentos futuros, se criava poder de compra dentro da economia, mas sem a criação de novos bens e serviços, porém, o mercado interno, que se tornou um fator crucial nos anos de 1930 continuava aquecido, com indústrias se desenvolvendo cada vez mais.

Nessa seção foi apresentada a interpretação de Celso Furtado de como se deu o desenvolvimento industrial brasileiro na década de 1930. A implicação dessa interpretação é de que o governo Vargas não teria planejado uma política específica para o desenvolvimento do setor industrial, mas que teria sido beneficiada pelas condições econômicas formadas a partir das políticas de proteção ao café. Furtado defende em sua interpretação que o setor industrial foi um subproduto da defesa do café, sem intencionalidade do governo na promoção da indústria. Na próxima seção, trataremos de uma interpretação diferente, que vê no governo Vargas a intenção de promover a industrialização no país.

4. A INDUSTRIALIZAÇÃO POR PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

Pedro Cezar Dutra Fonseca fez uma análise sobre a tese de Celso Furtado de que a industrialização brasileira se deu de modo inconsciente por meio de políticas monetárias, cambiais e fiscais, a fim de proteger o café que vinha sendo a principal mercadoria nacional até a depressão de 1929 e que, por meio dessas medidas, a partir de 1933, o Brasil se tornou um dos primeiros países a sair da crise com um fortalecimento no setor industrial e no mercado interno.

Dutra acredita que a industrialização da era varguista se deu de modo consciente, que o governo tinha planejado as políticas de modo a promover o crescimento brasileiro nesse período não por casualidade.

Para o autor nem sempre é capaz de se evidenciar intencionalidade na criação das políticas de modo que sua formulação e execução sejam feitas de forma a demonstrar as suas intenções no momento de sua criação:

Estruturas institucionais próprias para os diferentes mercados (de bens, de trabalho, de capital, de terra), e estas moldam tipos peculiares de comportamento empresarial e governamental (...). Essa relação é de fundamental importância para a confirmação de nossa hipótese básica. (FONSECA, 2012, p.162).

Pedro Cezar Dutra Fonseca defende sua hipótese em partes, começando com uma análise sobre Furtado e a industrialização como subproduto da defesa do café. Considerando *“Formação Econômica do Brasil”*, de Celso Furtado, obra da qual já falamos no presente trabalho, Fonseca fala sobre o então citado deslocamento do centro dinâmico, para o qual Furtado (1977, p.195) usou sua expressão consagrada: “Das atividades agroexportadoras para o mercado interno como resultado do impacto da crise internacional, constituem sua parte considerada mais criativa e que proporcionou maior debate”.

Dessa forma o autor questiona se, no debate da origem da industrialização, é subestimado o crescimento industrial anterior a 1930 resultou em “choques adversos” externos ou do próprio crescimento da economia exportadora. Pedro Dutra questiona se políticas adotadas pelo governo, como a de emissões e de crédito foram realmente planejadas e um dos pontos principais deste debate é se a

política econômica governamental pode ser realmente entendida como keynesiana, já que ela foi feita antes da Teoria Geral de Keynes.

A questão é saber se esse crescimento se deu de forma deliberada, como resultado de uma política governamental, ou se o “deslocamento do centro dinâmico” ocorreu sem intenção do governo. Para o Fonseca, como Furtado ressalta os êxitos da política de manutenção de renda na superação da crise, o seu impacto foi positivo na indústria e foi interpretado como um conveniente intervencionismo antiortodoxo, é então questionado o motivo de Celso Furtado nunca ter defendido a intencionalidade sobre o crescimento industrial.

Como vimos, Furtado entende o crescimento industrial na década de 1930 como fruto da política de defesa do café, devido a diversos motivos, como a importância do setor cafeeiro e como ele impactava as ordens políticas da época, pela recuperação da crise de 1929 ou até mesmo decisões do capital privado em buscar diversificação dos investimentos. Pedro Dutra concorda com Furtado quando ele afirma que o “deslocamento do centro dinâmico” da economia em favor do mercado interno e da indústria. Em sua narrativa o autor retoma argumentos já apresentados para defender sua tese.

Para Dutra há uma deficiência na explicação de Furtado ao ver a industrialização como “subproduto” da política de defesa dos interesses do café e ter ocorrido sem qualquer consciência e intenção, isso colide com a própria importância ao ressaltar o deslocamento do centro dinâmico da economia, sendo contrário à sua própria percepção quanto ao próprio aspecto e profundidade das transformações.

Dessa forma, para o autor, não resta dúvida de que, para Furtado, o crescimento industrial brasileiro na década de 1930 foi subproduto da defesa do setor cafeeiro perseguindo o objetivo maior de evitar o aprofundamento da crise nas finanças governamentais.

Diferente de Furtado, Pedro Cesar Dutra Fonseca diz ser possível encontrar vários indícios e fatos que evidenciam que o governo de forma consciente buscava a industrialização na década de 1930, mas embora ele defenda a intencionalidade de

políticas que fortaleceram o setor industrial.

Ela foi se fortalecendo ao longo da década, mas desde o início já é possível encontrar evidências. O autor chama a atenção que para as instituições criadas e alteradas no dado período pelo governo, de forma alguma podem ser entendidas como decorrência da política de valorização do café ou de que sua intenção não fosse de fortalecer a indústria.

Ao citar a intenção de fortalecimento industrial por meio de políticas adotadas pelo governo não se pode omitir que esse fortalecimento contou com o trabalho dos próprios industriais da época, com certa organização ~~des~~ em órgãos associativos que eram capazes de influenciar a adoção de medidas e até mesmo de voltar atrás de decisões já tomadas.

Algumas dessas medidas, como o Decreto n. 19.739, de 7 de março de 1931, que proibia a importação de máquinas e equipamentos para alguns segmentos da indústria, podem ser interpretadas como leis voltadas aos interesses industriais. De acordo com Fonseca (2012) mesmo podendo parecer negativa ao setor, se deve lembrar que esse não era o entendimento da época, já que a dada medida decorria de pressão dos próprios empresários, que temiam que a crise de superprodução fosse mais grave caso novas unidades fabris fossem instaladas.

A importação de bens de capital para o setor industrial contaria com o apoio do governo com a assinatura, em 1935, do tratado do comércio com os Estados Unidos, que concedia vantagens para alguns produtos de exportação brasileiros como café, borracha, cacau, entre outros, em troca de redução de 20% a 60% da importação de alguns artigos norte-americanos como máquinas, equipamentos, aparelhos e aço.

O comportamento do governo na década de 1930 mostra o interesse em modificar a pauta de importações, focando em substituir por um modelo mais industrial, ao se aproveitar do crescimento do setor. Pedro Cesar Dutra Fonseca menciona também a reforma tributária em 1934, que deve ser considerada como uma política protecionista, mesmo Fonseca afirmando que não haja consenso na literatura sobre sua intencionalidade, é ressaltado no texto que:

Deve-se notar que a proteção decorrente de tarifas se diferencia da consequente desvalorização cambial, sendo adotada geralmente como proteção o setor industrial, diferentemente de políticas tarifárias, que podem ser adotadas para atender diversas finalidades, inclusive o equilíbrio da balança de pagamentos. (FONSECA, 2012, p. 170).

Em 1935 houve uma desvalorização de mil-réis ao elevar o preço dos importados, que acabou reduzindo o peso da tarifa específica agregada, que em 1934 era em torno de 15%.

Pedro Cezar Dutra Fonseca continua sua argumentação ao defender que não se pode apagar sua intencionalidade quanto à reforma tributária de 1934, que foi adotada antes da desvalorização cambial, ou seja, quando a indústria era beneficiada com a mudança do câmbio. Desse modo, Fonseca ressalta que o governo adotou justamente a medida defendida por industriais.

Em 1937, o governo criou a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, que marca a institucionalização de um órgão voltado especificamente à concessão de crédito para a criação de novas indústrias e expansão das já existentes, fornecendo empréstimos com prazos de até dez anos, sendo considerada como uma ação direta para uma política deliberada de desenvolvimento e ainda como um embrião de uma nova relação entre Estado e empresários industriais.

Voltando para 1931, Vargas afirmava a necessidade de protecionismo à indústria nascente, em um discurso ele diz: “o protecionismo industrial das matérias primas do país é fator decisivo, sem dúvida, ao nosso progresso econômico. (VARGAS, 1938 apud FONSECA, 2012, p.163).

Nesse período, era associado o progresso ao crescimento econômico, já em 7 de setembro de 1936, Vargas em outro discurso afirma:

Atingimos elevado estágio de desenvolvimento cultural, institucional e econômico. [...] Já não somos um país exclusivamente agrário, jungido à luta pelos mercados consumidores de matérias primas e esmagando pelo peso das aquisições de produtos industriais (VARGAS, 1938 apud FONSECA, 2012, p.163).

Pedro Cezar Dutra Fonseca utiliza esses dois trechos de discursos de Vargas para afirmar a necessidade que o país tinha de se desenvolver, melhorando seus

indicadores econômicos e sociais e rompendo com o passado agrário. Segundo o autor, foi formado então o desenvolvimentismo, que se consolidou como ideologia para guiar e justificar o reordenamento de leis e práticas de políticas econômicas, por meio da criação de instituições.

Ao instituir o chamado Novo Estado, Vargas demonstrou a intenção de mudar velhas políticas e criar um relacionamento mais amplo com a iniciativa privada. Classificar os avanços no setor industrial como “subproduto” da política de defesa ao café é para Pedro Dutra um equívoco, já que ao longo do período analisado neste trabalho, ele apresenta dados, medidas e trechos de discursos de Vargas que demonstram a clara intenção de impulsionar o setor industrial.

A aproximação de uma nova grande guerra também é notada como um fator crucial para o desenvolvimento da indústria nacional, já que a indústria passaria a fabricar armas e projéteis que exigiriam a produção de ferro e aço. Com isso o governo teve que regulamentar o direito a propriedade e a nacionalização das riquezas minerais do país, com a criação de novas instituições, leis, códigos, órgãos, escolas, laboratórios, entre outros, que se faziam necessários até mesmo para estabelecer limites entre propriedade privada, estatal e propriedade de estrangeiros em relação a proprietários nacionais.

Em 1933 se previa a criação junto ao Ministério da Agricultura, do Instituto de Tecnologia, que se vinculasse à Diretoria Geral de Pesquisas Científicas, era previsto a criação de duas outras diretorias, a de Minas e das Águas, e três centros de pesquisa vinculados a extração mineral, o Instituto Geológico e Mineralogia, Laboratório Central de Indústria Mineral e Escola Nacional de Química.

A criação desses novos institutos demonstrava, para Fonseca, uma intenção do governo na produção industrial, junto com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, com a Usina de Volta Redonda e com a Companhia Vale do Rio Doce. Vargas mostrava a importância da exploração das jazidas minerais, que elevariam a produção nacional e o setor industrial, defendia a criação de uma siderúrgica em grande escala que pudesse atender a demanda futura do crescimento industrial acelerado.

O governo ampliou a política de criar órgãos estatais para setores específicos da economia desde o início da década de 1930, principalmente voltadas para a indústria, como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930 e diversas outras instituições que foram criadas no período afim de fortalecer o mercado interno e o desenvolvimento nacional, havendo também a adoção de leis que foram fundamentais para classes operárias.

Fonseca ressalta de pode ser notado que grande parte desses órgãos eram voltados para a indústria, tanto de forma direta ou indireta, já os que eram vinculados a agricultura, eram vinculados a agroindústria.

No que diz respeito à política do governo com relação aos trabalhadores, o Estado reconheceu conflitos de classes e desenvolveu políticas e criou instituições para media-los, além de preparar a mão de obra para atividades produtivas, desde rurais, urbanas, ao comércio e a indústria. Na educação se destaca a reforma feita por Francisco Campos iniciada em 1931, visando abandonar o ensino exclusivamente teórico e preparador de elites. A criação de cursos técnicos e profissionalizantes com o objetivo de obter trabalhadores preparados para a produção industrial, engenharias, agronomia e contabilidade. Vargas e Francisco Campos afirmam que a produção de riquezas depende da produtividade e se vincula a qualificação dos trabalhadores, sendo chamada de: “capital humano aplicável ao aproveitamento integral das nossas condições excepcionais de riqueza” (VARGAS, 1938 apud FONSECA, 2012, p.246).

As mudanças institucionais mais significativas ocorreram na área do trabalho, mostrando um projeto de industrialização, que rompia com a visão de mundo agrarista que era dominante até então. O Ministério do Trabalho, criado em 1930, tinha uma legislação trabalhista que era restrita ao setor urbano da economia, excluindo trabalhadores rurais, assim tendo em vista um caráter principalmente industrial, no sentido de desenvolver a economia urbano-industrial. A legislação trabalhista de 1930 também se voltou à regulamentação do mercado de trabalho e à organização burocrática da estrutura sindical.

Pedro Dutra conclui que, ao contrário do que argumentou Celso Furtado sobre a década de 1930, a industrialização nacional não pode ser considerada apenas como um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros, ou da política de valorização do café. Alega que Furtado não explorou a ação estatal em um sentido amplo, sem levar em conta a criação e alterações de leis, códigos, órgãos, ministérios, regulamentação de relações de propriedades e toda uma nova cultura que foi adotada na época.

Dutra também afirma que tudo o que o governo desenvolveu no período analisado demonstra uma intencionalidade de direcionar a economia para o mercado interno, com a liderança do setor industrial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção do presente trabalho foi apresentar as interpretações de Celso Furtado e Pedro Dutra sobre como se deu a industrialização brasileira na década de 1930 e quais foram os fatores que levaram a um forte crescimento do setor no período em que Getúlio Vargas governou o país.

Celso Furtado defende que o crescimento industrial se deu como subproduto de políticas de proteção ao setor cafeeiro, apresentando diversos fatores e políticas anteriores a 1930 que faziam do café o principal produto nacional. Furtado também mostra como a grande depressão de 1929 levou a ações que gerariam um cenário favorável para que a indústria se desenvolvesse e com isso crescesse tanto em um curto período, mas que isso foi feito de forma inconsciente, já que a prioridade era o setor cafeeiro que sofreu com a crise.

Já Pedro Dutra discorda de Furtado e defende que o desenvolvimento do setor industrial não se deu apenas por um acaso proveniente da defesa do café, mas que se deu de forma consciente, e para defender seu ponto ele foca em apresentar políticas e ações feitas pelo Estado Novo que fortaleceram o setor industrial.

A questão da intencionalidade ou não dos fatores que levaram a industrialização são de duas narrativas não necessariamente se excluem. Se a política de valorização do café gerou um efeito positivo não intencional sobre a indústria, como diz Furtado, as instituições criadas intencionalmente pelo governo Vargas também contribuíram para a industrialização, como diz Fonseca.

6. REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva. A economia brasileira 1930-1964. **Departamento de Economia PUC-Rio** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2010

ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2014.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; Fonseca, Pedro Cezar Dutra. **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: O capitalismo em construção**. São Paulo: Hucitec, 2014.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

HADDAD, Claudio S.S. **O crescimento do Produto Real no Brasil, 1900-1947**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

VERSIANI, Flavio Rabelo. **A Década de 20 na Industrialização Brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1987.